



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA OITAVA (8ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador Benedito José do Couto;
Secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares.

Aos vinte e cinco dias do mês de março do ano dois mil e treze realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador Benedito José do Couto; Secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, a Oitava (8ª) Sessão Ordinária do Primeiro (1º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 22 de março de 2013. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e constatando-se haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106 da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Benedito José do Couto (01), Cinoê Duzo (02), Daniel Gasparini dos Santos (03), Dayane Amaro Costa (04), João Antonio Pires Gonçalves (05), Jorge Setoguchi (06), Laércio Rocha Pires (07), Leonardo David Zaniboni (08), Luís Roberto Tavares (09), Luiz Antônio Guarnieri (10), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (11), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (12), Márcia Róttoli de Oliveira Masotti (13), Marcos Bento Alves de Godoy (14), Professora Maria Helena Scudeler de Barros (15), Osvaldo Aparecido Quaglio (16) e Waldemar Marcurio Filho (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único do Artigo 106 da



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

citada Resolução, convidou o Vereador Marcos Bento Alves de Godoy para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Sr. Presidente submeteu à apreciação do Plenário a Ata da Sexta (6ª) Sessão Ordinária, realizada em 11 de março de 2013, a qual, depois de achada conforme e aprovada, foi devidamente assinada pelos Vereadores Benedito José do Couto e Luís Roberto Tavares, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Na sequência deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 18, de 2013, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 09/2013, datada de 08/03/2013, objeto do Ofício nº 09/2013, de igual data, “dispondo sobre abertura de crédito adicional especial no valor de R\$ 174.605,63”; (ao exame das Comissões Permanentes, conforme preceitua o § 1º, do artigo 49, do Regimento Interno); 2. Projeto de Lei nº 19, de 2013, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 11/2013, datada de 22/03/2013, objeto do Ofício nº 11/2013, de igual data, “dispondo sobre a criação do Conselho Municipal de Esportes e Lazer e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 3. Projeto de Lei nº 20, de 2013, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 12/2013, datada de 22/03/2013, objeto do Ofício nº 12/2013, de igual data, “dispondo sobre a criação do Fundo Municipal de Esporte e Lazer e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 4. Projeto de Lei nº 21, de 2013, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 13/2013, datada de 22/03/2013, objeto do Ofício nº 13/2013, de igual data, “dispondo sobre a criação, no âmbito do Município de Mogi Mirim, da Tarifa Social para o serviço de transporte coletivo de passageiros em linhas municipais”; (ao exame das Comissões Permanentes). Ainda com os Ofícios nºs. 09, 11,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

12 e 13/2013, o Senhor Prefeito Luís Gustavo Stupp solicitou fossem os Projetos de Lei n.ºs. 18, 19, 20 e 21/2013 apreciados em Regime de Urgência Especial, conforme previsto no Artigo 54, da Lei Orgânica – LOM de Mogi Mirim. Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): n.º. 197, de 2013, da Sra. Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, requerendo-lhe um levantamento junto à Santa Casa de Misericórdia, para que envie à Câmara a relação de setenta e oito nomes de colaboradores desligados do hospital, em cumprimento ao plano de reestruturação, ocorrido em fevereiro último, elencando os cargos ocupados e a remuneração”; n.ºs. 212, 213, 214, 215 e 221, de 2013, da senhorita Vereadora Dayane Amaro Costa, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, para que faça levantamento do número de pacientes diagnosticados com Diabetes do Tipo II, nos últimos três anos, no município”, “seja oficiada a Mesa, requerendo criação de Comissão Especial, para discussão da questão da pessoa com deficiência e mobilidade reduzida”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, encaminhando-lhe Minuta de Projeto de Lei, que dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação de placas de informação do logradouro, no sistema de leitura Braille, na confluência das vias públicas do Município”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, requerendo-lhe um levantamento do programa de estágios, para alunos do ensino superior, informando, inclusive, quais as áreas abrangidas” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, solicitando-lhe levantamento do gasto com manutenção de praças, nos últimos três meses”; n.ºs. 216, 218, 219 e 220, de 2013, do Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, requerendo-lhe a criação do Código de Obras, conforme estabelecido no artigo 289, do Plano Diretor



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

de Desenvolvimento – PDD, para disciplina de procedimentos administrativos e executivos, bem como as regras que dizem respeito às obras, edificações e equipamentos”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, requerendo-lhe a criação dos Programas de Ação dos Bairros, conforme reza o artigo 289, do Plano Diretor de Desenvolvimento – PDD”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, requerendo seja executado acostamento na Rodovia André Franco Montoro, precisamente no acesso ao Jardim Planalto”; nº 222, de 2013, do Sr. Vereador Luiz Antonio Guarnieri, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, para que informe as justificativas técnicas para a proibição de estacionamento em toda a extensão da Rua Três de Abril, no centro”; nºs. 223, 232 e 233, de 2013, do Sr. Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Presidente do Conselho de Segurança – CONSEG, Luiz Eduardo Barrichello, bem como o Diretor do Departamento de Segurança do Município, Paulo Henrique D’Oliveira Machado, para homenagem e entrega de comenda *post mortem* aos familiares do bombeiro municipal Carlos Alberto Gomes, falecido recentemente”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, requerendo-lhe ação conjunta, entre os Departamentos de Segurança e Promoção Social, para providências em relação aos mendigos e usuários de drogas que permanecem em terreno, localizado na Avenida Expedito Quartieri, entre os estabelecimentos comerciais Oficina Ferrari e Reis da Sucata” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, para que faça identificação, notificação e tome providências junto ao proprietário de terreno, localizado na Avenida Expedito Quartieri, entre os estabelecimentos comerciais Oficina Ferrari e Reis da Sucata”; nºs. 225, 227, 228, 237 e 249 de 2013, da Sra. Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, para que informe quando serão retirados os pneus descartados, que permanecem na Rua Jorge Duarte



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Filho, antiga Rua 3, do Parque das Laranjeiras”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, para que informe qual será a Política de Industrialização de sua administração e quando ela será colocada em prática”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, para que informe os nomes dos funcionários municipais, que estão recebendo horas extras, e quantas horas extras os mesmos já teriam realizado em 2013”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, para que cumpra a determinação judicial referente à ação popular, que condenou o Município à prestação dos serviços de coleta de lixo no Parque das Laranjeiras” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, para que remeta à Câmara cópia do contrato de locação de imóvel, onde será instalado o futuro gabinete do Prefeito Municipal”; n.ºs. 226 e 250, de 2013, do Sr. Vereador Jorge Setoguchi, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, para que informe quais os novos projetos de transporte público, para a zona rural; qual a previsão de mudanças em linhas de grande fluxo, quais os horários dos ônibus circulares e qual a quantidade de ônibus, também na zona rural” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, para que informe quais providências a Prefeitura e a administradora de estacionamento rotativo estão tomando em relação aos parquímetros, onde são colocadas moedas e não há registro de tempo da forma correta”; n.º 230 e 231, de 2013, do Sr. Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, solicitando, respectivamente, “seja oficiada a Direção da Elektro concessionária de energia, para que seja realizada poda de árvores na Rua Bherta Bueno de Azambuja, no Jardim Primavera” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, para que informe se existe estudo para implantação de radar, ou outro meio para controle de velocidade de veículos na Rua Campo Grande, Bairro do Mirante”; n.ºs 234 e 238, de 2013, do Sr. Vereador Laércio Rocha Pires, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, para que



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

informe sobre a existência de projeto para implantação de sinalização e redutores de velocidade na Rua Sebastião Milano Sobrinho, em frente à EMEB ‘Professor Adib Chaib’, no Jardim Planalto” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, para que informe sobre a existência de projeto para implantação de câmeras de monitoramento/segurança no Complexo Esportivo Lavapés”; n.ºs. 235, 236 e 247, de 2013, da Sra. Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros e outros, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, para que envie cópia do Edital de Tomada de Preços n.º 01/2013 e cópia do contrato firmado com a empresa vencedora”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, encaminhando-lhe abaixo-assinado, encabeçado pelos funcionários do Departamento de Saúde, em que solicitam a permanência do funcionário Antonio Bertazzoli Neto, como responsável pelo setor de transporte do departamento”; n.ºs. 239 e 240, de 2013, do Sr. Vereador Daniel Gasparini dos Santos e outros, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, para que informe sobre os números de matrícula dos lotes, localizados no Domênico Bianchi, bem como sua situação jurídica” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, para que informe sobre os números de matrícula dos lotes, localizados no Parque das Laranjeiras, bem como sua situação jurídica”; n.ºs. 241, 242, 243, 244, 245 e 251, de 2013, do Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, para que junto ao Serviço Autônomo de Água e Esgotos – SAAE, informe sobre a demora nos reparos do asfalto e a falta de sinalização após obras nas tubulações”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, para que informe sobre a falta de remédios que são de uso contínuo nas UBSs da cidade”, “seja oficiada a direção da CETESB, para que informe sobre a qualidade das águas dos rios e córregos da cidade”, “seja oficiada a direção da Ferrovia Central Atlântica – FCA, para



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

que faça a limpeza nas margens da ferrovia, onde ela cruza o Município, principalmente no perímetro urbano”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, para que informe sobre a constante falta d’água no bairro Parque das Laranjeiras” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, para que reenvie projeto de lei à Câmara, com o intuito de doação de área de terreno à ALERTA – Associação Ligada ao Estudo Regular da Terra e Ambiente”; nº 246, de 2013, do Sr. Vereador Leonardo David Zaniboni, solicitando, “seja oficiada a Mesa da Câmara, solicitando homenagem especial à comunidade italiana, a realizar-se em 03 de junho do corrente, com início às 18h30, após abertura dos trabalhos da sessão ordinária prevista para a data”; nº 248, de 2013, do Sr. Vereador Cinoê Duzo, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, para que informe a respeito da demora na contratação de novos Guardas Municipais”. O Requerimento nº 236, de 2013, da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros e outros, solicitando, “seja oficiada a Mesa da Câmara Municipal, para realização de audiência pública, para discussão do Projeto de Lei Complementar nº 03/2013, prevista para o dia 16 de abril, terça-feira, com início às 19 horas”, foi rejeitado, por nove (09) votos contrários a oito (08) votos favoráveis, computado, inclusive, o voto do Presidente da Câmara, conforme o inciso III, do artigo 20, do Regimento Interno. Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES**, endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: nºs. 249, 271 e 272, de 2013, da Sra. Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, sugerindo, respectivamente, “melhorias na iluminação pública da Praça Vereador Manoel Fernandes de Barros, localizada entre as ruas Felício Antonio Di Próspero e Bráulio de Souza Leite, no Jardim Maria Bonatti Bordignon”, “construção de um calçadão para pedestres no canteiro central da Avenida Pedro Botesi, na zona norte” e “para que seja oficiado o empreendedor das residências em construção, no lado direito da Rua Antonio Moreno Peres, no Jardim Maria Beatriz, para



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

que ele antecipe a estruturação da calçada”; nºs 268, 269 e 270, de 2013, da senhorita Vereadora Dayane Amaro Costa, sugerindo, respectivamente, “melhoria na iluminação pública nas praças e parques do Município”, “compra de um equipamento para impressão de documentos em Braille” e “recuperação do asfalto – operação ‘tapa-buracos’, na Rua Amazonas, no Bairro Saúde”; nºs 273 e 274, de 2013, do Sr. Vereador Luiz Antonio Guarnieri, sugerindo, respectivamente, “providências para operação ‘tapa-buracos’ na Avenida Carolina Masotti, no Jardim Tropical, e melhoria no sistema de captação de águas pluviais nas bocas de lobos” e “construção de guias e sarjetas em trecho de área da Prefeitura, na Rua Bendito Cunha Campos, ao lado do Lar São Francisco”; nº 275, de 2013, do Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, sugerindo, “execução de serviços de limpeza ao longo do córrego Guatemazinho, no Distrito de Martim Francisco”; nº 276, de 2013, do Sr. Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, sugerindo, “limpeza da área localizada na Rua Manaus, no Bairro CECAP”; nºs 277, 278, 279, 280, de 2013, do Sr. Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, sugerindo, respectivamente, “ronda permanente da Guarda Municipal em Martim Francisco”, “palestras educativas sobre o meio ambiente e a realização de concurso entre os alunos das EMEBs do Município, para criação de frases de proteção ao meio ambiente”, “demarcação de vaga ‘carga/descarga’, na esquina da Rua 13 de Maio, com Rua Augusto Palhares, em frente a uma clínica veterinária” e “estudos para proibição de parada de caminhões em frente ao nº 63, da Rua São Judas Tadeu, Vila Bianchi”; nº 281, de 2013, do Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, sugerindo, “operação ‘tapa buracos’ na Rua Ettore Ceregatte, na Vila Santa Elisa”; nº 282, de 2013, do Sr. Vereador Cinoê Duzo, sugerindo, “retirada da faixa amarela, existente na Rua Padre Roque, lado direito, na esquina com a Rua Professor Ferreira Lima”; nº 283, 284, 285, 286 e 287, de 2013, do Sr. Vereador Leonardo David Zaniboni, sugerindo, respectivamente, “construção de rampa de acesso na creche municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

‘Professora Maria Aparecida Mariano Todarelli’, no Parque das Laranjeiras”, “providências para patrulhamento da ETEC ‘Pedro Ferreira Alves’, nos horários de entrada e saída de alunos”, “providências para mais uma linha telefônica para a Brigada de Incêndio”, “alteração da forma de concessão do benefício da cesta básica aos funcionários municipais” e “construção de dois acessos para o Parque da Imprensa, na Avenida Ademar de Barros”; nº 288, de 2013, do Sr. Vereador Jorge Setoguchi, sugerindo, “instalação de redutores de velocidade na Rua Rio de Janeiro, no Bairro Santa Cruz, na altura do nº 199, e na Rua Santa Cruz nº 247, no mesmo bairro”. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa): nº 18, de 2013, da Sra. Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti e outros, propondo, “sejam consignados em ata dos trabalhos, votos de congratulações e aplausos para com a direção e alunos da EMEB ‘Professor Geraldo Alves Pinheiro’, pela participação no quadro ‘Maura Visita’, do site da Revista Nova Escola, que destaca experiências em gestão escolar”; nºs 20 e 21, de 2013, do Sr. Vereador Luís Roberto Tavares e outros, propondo, respectivamente, “sejam consignados em ata dos trabalhos, votos de congratulações e aplausos com a nova diretoria da recém-formada Associação Esportiva Vila Dias Futebol Clube” e “sejam consignados em ata dos trabalhos, votos de congratulações e aplausos para com o Bispo Diocesano de Amparo, Dom Pedro Carlos Cipolini, pelos trinta e cinco anos de sacerdócio, comemorados no dia 25 de fevereiro último”; nº 22, de 2013, da Sra. Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros e outros, propondo, “sejam consignados em ata dos trabalhos, votos de congratulações e aplausos com a Sra. Lia Poli, pelo lançamento do livro “Somando – A menina que tomou para si as rédeas e a responsabilidade de sua existência”, lançado no último dia 02 de março”. A seguir, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofício nº 69/2013, datado de 28 de fevereiro de 2013, subscrito pelo Sr. Wilson



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Aparecido dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Jaboticabal, “comunicando a composição da Mesa Diretora daquela edilidade, eleita para o biênio 2013/2014”; (arquive-se); Ofício Circular nº 25/2013, datado de 05 de março de 2013, subscrito pelo Sr. Luciano Leite Talpo, Presidente da Câmara Municipal de Santo Antonio do Jardim, “encaminhando cópia da Moção de Apoio nº 01/2013, daquela Edilidade”; (arquive-se); Ofício, datado de 20 de março de 2013, subscrito pelos Vereadores membros da bancada do PSDB, “comunicando a liderança da bancada pelo Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio”; (arquive-se); Ofícios nºs. 097, 113, 131, 132, 135, 136, 137, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 126, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 182, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 203, 204, datados de 04, 05, 06, 08, 11, 12, 13, 14, 15 e 20 de março de 2013, subscritos pelo Senhor Prefeito Municipal, respectivamente, “respondendo a respeito da Indicação nº 004/2013; Requerimento nº 001/2013; Requerimento nº 112/2013; Requerimento nº 029/2013; Requerimento nº 039/2013; Requerimento nº 042/2013; Indicação nº 002/2013; Indicação nº 016/2013; Indicação nº 024/2013; Indicação nº 047/2013; Indicação nº 038/2013; Indicação nº 106/2013; Indicação nº 151/2013; Requerimento nº 127/2013; Indicação nº 156/2013; Indicação nº 154/2013; Requerimento nº 006/2013; Requerimento nº 010/2013; Requerimento nº 012/2013; Requerimento nº 015/2013; Requerimento nº 026/2013; Requerimento nº 050/2013; Requerimento nº 062/2013; Requerimento nº 085/2013; Indicação nº 046/2013; Indicação nº 082/2013; Indicação nº 084/2013; Indicação nº 130/2013; Indicação nº 102/2013; Indicação nº 107/2013; Indicação nº 132/2013; Indicação nº 139/2013; Indicação nº 140/2013; Indicação nº 143/2013; Indicação nº 145/2013; Indicação nº 146/2013; Indicação nº 148/2013; Indicação nº 149/2013; Indicação nº 150/2013; Requerimento nº 130/2013; Requerimento nº 107/2013;



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Requerimento nº 128/2013; Indicação nº 164/2013; Indicação nº 165/2013; Indicação nº 166/2013; Indicação nº 174/2013; Indicação nº 175/2013; Indicação nº 177/2013; Indicação nº 181/2013; Indicação nº 187/2013; Indicação nº 196/2013; Indicação nº 197/2013; Indicação nº 085/2013; Requerimento nº 111/2013; Indicação nº 194/2013; Indicação nº 203/2013; Indicação nº 204/2013; Indicação nº 210/2013; Indicação nº 213/2013; Requerimento nº 150/2013, todos desta Edilidade”; (arquive-se, após dar ciência aos Senhores Vereadores); Ofícios nºs 26BPMI-194/200/13 e 217/200/13, datados de 21 de fevereiro e 04 de março de 2013, subscritos, respectivamente, pelo Sr. Carlos Guilherme Cardoso, 1º Tenente PM Comandante Interino da 2º Cia PM, e Sr. Marcelo Soares Cavalheiro, Capitão PM Comandante, “respondendo ao ofício nº 18/2013 e Requerimento nº 143/2013, desta Casa de Leis”;(arquive-se, após dar ciência ao Vereador Waldemar Marcurio Filho); Ofícios nºs. 006229 e 011757, de 2013, datados de 1º e 07 de março do corrente, subscritos pela presidência do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, “comunicando a liberação de recursos financeiros”; (arquive-se); Telegrama referência: nº 000030, de 2013, datado de 14 de março último do corrente, subscritos pela Secretaria Executiva do Fundo Nacional da Saúde do Ministério da Saúde, “comunicando a liberação de recursos financeiros”; (arquive-se); Ofício nº. 342/2013, datado de 12 de março de 2013, subscrito pelo Sr. Marcio Antonio Capato, Gerente de Sustentação ao Negócio da Caixa Econômica Federal, “notificando desembolso de recursos financeiros no valor de setenta e três mil, cento e vinte e cinco reais”; (arquive-se); Convite, datado de 20 de março do corrente, subscrito pela Professora Andréia Silva Abbiati, Diretora do Departamento de Educação, “convidando para o Fórum Municipal de Educação, preparatório para a Conferência Municipal de Educação”; (arquive-se, após dar ciência à Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social). Não havendo mais proposituras ou quaisquer outros documentos para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Presidente facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. Inicialmente, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, cumprimentando a nova Diretora Geral da Secretaria da Câmara, Dra. Adriana Tavares Penha, que retornava da licença maternidade, desejando-lhe as boas vindas, todavia, também expressando seu descontentamento com a falta de uma assessoria jurídica, para elucidação das dúvidas, dizendo que a Presidência havia dispensado o assessor anterior, Dr. Fernando Casotto, e que ela, Vereadora, havia tomado conhecimento disso pelos ‘corredores’, sem qualquer informação oficial da Mesa, ou direção da Casa. “A Mesa da Câmara não se reúne conosco e não nos dá conhecimento de nada, principalmente, quando temos um projeto complexo como o desta noite”, salientou a Edil, referindo-se ao Projeto de Lei Complementar nº 03/2013, sobre a estrutura administrativa do quadro de empregos em comissão da Prefeitura de Mogi Mirim. A Vereadora relatou que, na quinta-feira próxima passada, o projeto de lei complementar não constava da pauta da “Ordem do Dia” e que, depois de muita confusão, ‘tapas na mesa’, gritos e pressão, a pauta havia sido alterada, pelo Sr. Presidente da Câmara, para que a matéria dela constasse. Prosseguindo, frisou que, em virtude disso, o tempo para apresentação de emendas havia sido encurtado, que as emendas haviam sido feitas sem assessoria técnica jurídica e com rapidez ímpar, haja vista o prazo para entrega de emendas e que, o projeto tinha muito a ver com cada cidadão de Mogi Mirim, pois eram os cidadãos que pagavam a conta da estrutura administrativa da cidade. “Esta Casa, assim como o Senado Federal, precisa de um assessor jurídico e esta é uma constatação que faço em desprezo a esta Mesa, que não teve discernimento para pedir ao assessor que ficasse alguns dias mais, até a chegada da diretora”, destacou a Edil do PSDB. A Vereadora prosseguiu, dizendo que isto demonstrava uma Câmara sem respeito aos seus próprios componentes, que a dificuldade para ajustar o projeto havia sido muito grande, justamente um projeto com



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ação direta no dia a dia dos servidores e de cada cidadão, porque as secretarias eram estruturas novas, que seriam implantadas. “Mas são secretarias só no nome, porque na prática continuarão sendo departamentos”, salientou a Vereadora, ao mesmo tempo em que afirmou que o projeto propunha trezentos cargos comissionados, mais uma razão para a análise minuciosa da peça, algo que não fora feito, porque a Câmara não tinha uma assessoria jurídica a contento. Concluindo, a Vereadora salientou que sua fala era um desabafo diante do atual comprometimento da estrutura da Câmara Municipal, uma Casa onde muito dinheiro era consumido, ou para pagamento dos subsídios dos Vereadores, ou para manutenção de sua estrutura física, ao passo que não havia estrutura alguma que favorecesse a legitimidade da vereança, o pensamento voltado à população, Vereadores sendo justos e tendo juízo. O próximo orador foi o Vereador Luís Roberto Tavares que, desde logo, diante da presença maciça de moradores do loteamento irregular Parque das Laranjeiras nas galerias da Câmara, iniciou, relatando sua história junto ao loteamento, elencando tudo o que fizera desde o início de seu mandato. Conforme explicou, em 2005, fizera o primeiro requerimento, solicitando infraestrutura para as ruas 16, 17, 18, 19 e 20, sem resposta; fizera o segundo requerimento, solicitando ao então diretor Fábio Mota, solução para iluminação na ponte da Rua 40, cuja resposta havia sido pela impossibilidade, haja vista a irregularidade da área; fizera o terceiro pedido, para rede de esgotos nas Ruas 40, 42, 45, cuja resposta havia sido pela impossibilidade, haja vista a irregularidade da área; fizera, a seguir, uma solicitação à Elektro concessionária de energia, para iluminação, cuja resposta também havia sido negativa, e, na sequência, uma solicitação de implantação de rede de esgoto e asfalto em todo o Parque das Laranjeiras, recebendo a resposta de que a obra estava em execução. O Vereador prosseguiu, relatando que, ainda no ano de 2005, depois de tantas tentativas infrutíferas, havia procurado o próprio loteador da área, Sr. Cláudio Rafacho, da Emprelotes, pedindo que ele colocasse algumas



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

lâmpadas no bairro, recebendo, novamente, outra resposta negativa. Desta forma, relatou o Edil, ele havia, enfim, procurado a Promotoria Pública e, desde então, alguns assuntos haviam sido resolvidos, com o auxílio da Promotora de Justiça. Ainda elencando as várias solicitações para o Parque das Laranjeiras, o Vereador Luís Roberto Tavares recordou requerimento endereçado à Elektro, feito em 2006, bem como solicitação ao Prefeito Carlos Nelson Bueno, feita em 2007, pedindo a lista dos vários loteamentos irregulares do município, afirmando, finalmente, que havia recebido do ex-prefeito um ofício, assegurando que o Parque das Laranjeiras havia sido incluso no programa estadual ‘Cidade Legal’, de regularização de áreas clandestinas. “Vou dizer a data desta inclusão, que foi em 09 de setembro de 2009, quando o programa recebeu os documentos referentes ao Parque das Laranjeiras, pois eu já estava com todos em mãos”, recordou-se o Edil. Desde então, o Vereador havia participado de todas as reuniões da Promotoria Pública, referente ao assunto, e explicou a todos os presentes que a regularização do Parque das Laranjeiras dependia tanto do Governo do Estado, como do Município, e que, o Vereador apenas podia fazer solicitações. “Neste ano, através de um requerimento, montamos uma comissão para acompanhar a situação de todos os loteamentos irregulares do Município, para fiscalizar o andamento das ações e procurar a regularização que, como disse, só se dará com a parceria entre o Governo do Estado, pelo programa ‘Cidade Legal’, e Município de Mogi Mirim”, completou, encerrando sua participação o Vereador Luís Roberto Tavares. Como o próximo orador inscrito, Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, desistisse da palavra, fez uso da mesma, na sequência, a Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira, que iniciou, declarando sua desilusão diante da negativa da Mesa da Câmara em alterar, para após o uso da palavra no “Expediente”, o horário da Tribuna Livre, programada para logo após a “Explicação Pessoal”, quando o mesmo procedimento havia sido permitido em sessões anteriores. “Hoje não foi permitido, porque alguns Vereadores



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

querem que a sessão termine mais cedo, para que possam descansar”, explicou a Edil. A Vereadora afirmou que tal procedimento constava em lei, que a Tribuna Livre seria utilizada pelos moradores do Parque das Laranjeiras, que ela poderia ser adiantada mediante requerimento verbal, aprovado pelo Plenário, e que, o dispositivo regimental não estava sendo considerado pela Mesa Diretiva dos trabalhos. “Eu acredito que todos devam saber da situação de miséria total do Parque das Laranjeiras, em relação às suas ruas, quando eu mesma estive lá, tomando conhecimento da situação e nem pude seguir pelo Parque das Laranjeiras adentro, porque o local está intransitável, e eu ainda pergunto aos Pares, como podem os idosos, deficientes, o ônibus e o caminhão de lixo circular naquela região?”, alegou a Vereadora do PSB. A Vereadora lamentou que os munícipes tivessem que aguardar até o final da sessão para o uso da palavra em Tribuna Livre e, versando ainda sobre o Parque das Laranjeiras, lembrou a existência de uma sentença judicial, datada de janeiro do corrente, assinada pela Dra. Cláudia Nunes, Juíza de Direito da Comarca, determinando a adequada conservação daquelas ruas e a coleta regular do lixo, algo que não estava ocorrendo, haja vista o péssimo estado de conservação das ruas do bairro, com valetas abertas no centro e em ambos os lados das vias, com pedras pontiagudas, o que impedia, completamente, o trânsito de qualquer tipo de veículo. “O caminhão afirma que coleta o lixo das ruas posteriores, mas é mentira, já que o veículo não consegue adentrar ao bairro, porque eu vi, com meus próprios olhos, como é que as pessoas estão impossibilitadas de caminhar, constatando, inclusive, crianças deficientes que não estão conseguindo frequentar a APAE, nesta época de chuvas, e idosos, que não saem mais de casa”, completou a Vereadora. Finalizando, a Vereadora Luzia Cristina clamou por mais dignidade para com a população do Parque das Laranjeiras, afirmando que paliativos não poderiam mais ser aceitos, coisas que eram feitas para que a população apenas ‘calasse a boca’, quando, efetivamente, a lei existia, a sentença existia e ela, oradora, continuaria sua luta



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

por uma solução definitiva para as ruas do loteamento. O próximo orador inscrito para uso da palavra no “Expediente” foi o Vereador Luiz Antonio Guarnieri. O Edil comentou sobre a implantação da nova estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, algo que entendia como muito importante. Primeiramente, o Vereador considerou o assunto complexo para discussão, principalmente porque alterava cargos, salários e funções dos funcionários da empresa que mais empregava no município, com aproximadamente dois mil e quinhentos funcionários e com orçamento aproximado de trezentos milhões reais/ano e que, em função disso, acreditava que se deveria ter mais tempo para discussão, inclusive com os próprios funcionários, diretores e até o Chefe do Executivo, para que juntos, todos, encontrassem a melhor estrutura de trabalho para Mogi Mirim. “Portanto, forçar a votação deste Projeto de Lei complementar nº03/2013, na data de hoje, não foi a melhor alternativa, rompendo o diálogo e a discussão”, declarou. Continuando, salientou que os funcionários de carreira, que eram efetivos, com Função Gratificada – FG, que teriam seus salários variados por força da alteração do valor da FG, ou da alteração da função, ou retorno à sua função de origem, teriam o reajuste salarial somente na data base da categoria, lembrando, também, que haveria uma diminuição na quantidade desses funcionários de trezentos e quarenta quatro, no organograma anterior, para duzentos e quarenta e um, no atual, ou seja, ocasionando uma economia em torno de duzentos e sessenta mil, aproximadamente três milhões ano. “Como existem muitos funcionários, que na administração anterior tiveram nomeações políticas e seus FGs com variação de cem a duzentos por cento, ou até mais, fica evidente a necessidade de uma correção e adequação, porém, com toda certeza, também existem casos de funcionários competentes e dedicados e que terão, na nova estrutura, redução, ou alteração de seu salário, achatando seu salário, por isso acredito ser importante a análise criteriosa e detalhada, para cada servidor, ou setor”, completou. Com relação às indicações para cargos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

em comissão, o Vereador ressaltou os anexos I e II, do projeto de lei complementar, que traziam o pré-requisito de ensino médio, para ocupação dos cargos, com exceção para os de Procurador Geral do Município e Supervisor Escolar, cujo pré-requisito era o de superior na área. O Edil acreditava que o ideal seria o pré-requisito de ensino superior para os cargos em geral, e em algumas áreas, tais como saúde, educação, contábil e auditoria, o pré-quesito de ensino superior, preferencialmente na área, ou especialização, haja vista que o mercado de trabalho estava bastante diversificado. O Vereador salientou outro ponto importante a respeito dos cargos em comissão, declarando que as atribuições de cada cargo não constavam do projeto, portanto não se sabia o que o funcionário faria, ficando difícil de conhecer a competência de cada um, ou entender como a administração iria funcionar. Com referencia aos salários desses cargos, o Edil disse que houvera um aumento significativo nas quantidades e valores, explicando um aumento, aproximadamente, de vinte e um cargos e em valores, pois eram cerca de trezentos e trinta e dois mil reais, no organograma anterior, saltando para cerca de quatrocentos e setenta e três mil reais no atual, gerando, enfim, um aumento de custo em torno de cento e quarenta mil reais/mês, ou um milhão, seiscentos e noventa e dois mil reais/ano. Observou que a economia proposta seria de um milhão e meio de reais/ano, algo em torno de meio por cento do Orçamento Municipal, sendo direcionada para a Função Gratificada do servidor de carreira, sobrando muita ‘gordura’ para ser queimada nos cargos em comissão, cujo número havia sido aumentado, para absorver o grupo de apoio que havia vencido a eleição. “No final das contas, para que possa se aumentar os cargos comissionados e seus valores, quem vai pagar a conta é mesmo o servidor de carreira”, frisou. Com relação às secretarias criadas, num total de onze, mais o chefe de gabinete, o Vereador do PT disse que gerariam gastos exorbitantes, não pelo salário de nove mil e oitocentos reais proposto, mas sim, pela quantidade de secretarias criadas, que ficariam subordinadas à Secretaria de Governo. “Sugiro, para



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ficar mais barato, que, ou eliminemos as Secretarias, ou as Diretorias/Gerências de mesma função, ou se o Prefeito preferir, as Secretarias, para que então fiquemos com as mais importantes, que são as que realmente terão verbas, tais como a de Educação, de Saúde e de Governo”, elucidou. Finalizando, o Vereador Luiz Guarnieri mencionou ainda, o artigo 29 da Constituição Federal – CF/88, que rezava ser de competência exclusiva do Poder Legislativo a fixação dos subsídios dos secretários municipais. “Certamente, em virtude do artigo 29, da CF/88, o projeto em tela está inconstitucional”, declarou, encerrando sua participação. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Laércio Rocha Pires, que se reportou à fala da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, que na última sessão, havia dito de seu medo diante da ‘agilidade das decisões do governo municipal’. O Vereador, pelo contrário, desejava elogiar o dinamismo e rapidez do atual Prefeito, afirmando que a razão pela qual o Parque das Laranjeiras estava em péssimas condições era devida aos governos passados, de prefeitos que não haviam tido coragem política, ou capacidade de atuação e engavetavam projetos, destacando, inclusive, que o ex-prefeito Paulo de Oliveira e Silva havia permanecido oito anos à frente do governo municipal e não tinha se preocupado em atuar na regularização do loteamento, apenas ‘tapeando onde tinha votos’. “É muito triste aquele Vereador que quer fazer média com o chapéu dos outros”, expressou. O Vereador, então, parabenizou o Prefeito Gustavo Stupp pela agilidade em cumprir suas promessas de campanha, explicou que representantes da administração, Vereadores e a população haviam se reunido, sábado último, no bairro, abordando a questão, conjuntamente, e que ele, orador, havia sido um dos primeiros a solicitar, no passado, para o então Prefeito Carlos Nelson Bueno, um mutirão de limpeza e melhoria de ruas no Parque das Laranjeiras, o que havia sido deferido e efetuado pelo gestor. “Portanto, não é justo cobrar o Prefeito Gustavo Stupp, que tem apenas três meses de administração”, declarou. O Vereador explicou que era justamente esta a intenção do



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

grupo opositor, ou seja, a de colocar as máquinas no bairro, mesmo no período de chuvas, produzindo mais e mais barro e lama, fazendo com que a população ficasse ainda mais descontente com o Poder Público e com o atual Prefeito. O Edil pediu paciência aos munícipes, porque o bairro seria atendido, assim que a estiagem chegasse, e que ficassem atentos com vereadores que vinham à tribuna, para ‘fazer média’, porque a iniciativa da regularização do loteamento irregular Parque das Laranjeiras era mérito, único e exclusivo, do Governo Municipal e do Governo do Estado, através do programa “Cidade Legal”, e nunca mérito de qualquer um dos vereadores, mesmo sendo o Vereador Roberto Tavares, ou o Vereador Leonardo Zaniboni, ou mesmo ele, orador. “Vereador fazer média com chapéu dos outros e dizer que está regularizando a gleba é mentira”, frisou o Edil, ao mesmo tempo em que declarou, que o Prefeito estava agilizando muitos assuntos, que os Vereadores precisavam ‘jogar limpo’ com a população e dizer quem com tempo de chovam não era possível passar a máquina nas ruas do Parque das Laranjeiras, esclarecendo, finalmente, que não era má vontade nem dos Vereadores, tampouco do Prefeito Municipal. “Carlos Nelson Bueno começou a regularização do loteamento e Luís Gustavo Stupp está dando sequência e vocês podem acreditar que vamos regularizar, um por um, os loteamentos irregulares do Município”, manifestou, por fim, o Vereador Laércio Rocha Pires. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador João Antonio Pires Gonçalves, que parabenizou os moradores do Parque das Laranjeiras, pela presença maciça na Câmara Municipal, afirmando que era esta a forma de lutar pelos próprios direitos e que todos os Vereadores estavam preocupados com a situação do bairro, todavia, explicando que o Poder Legislativo não podia executar muitas coisas, cabendo somente ao Poder Executivo os serviços de melhorias de ruas, de uso de máquinas, entre outras coisas. O Vereador prosseguiu, afirmando que a população devia, realmente, cobrar atitudes do atual Prefeito, assim como também haviam sido cobrados os gestores do passado, tais como Paulo Silva e



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Carlos Nelson Bueno, destacando, ainda, que o Prefeito Luís Gustavo Stupp tinha plena ciência da situação pela qual passava o bairro e não só a situação do Parque das Laranjeiras, mas também a dos loteamentos Domênico Bianchi e Antonio de Campos, cujo estado era de calamidade pública. “Tenho certeza que o prefeito está preocupado e vai dar jeito no Parque das Laranjeiras”, recitou o Edil. Versando sobre outro assunto, o Vereador comentou o assunto do antigo prédio do CANDÁ, no Bairro Santa Luzia, local que estava abandonado, ocupado por marginais, prostitutas, ladrões e pessoas ruins, lembrado que já havia apresentado requerimento sobre o assunto e rogando por uma solução. “E só para provar que eu não estava errado, relato que a Guarda Municipal fez duas apreensões de drogas no prédio, nesta semana, portanto eu tinha razão em minha denúncia, quando fiz o requerimento e encaminhei ao Prefeito Municipal mais de duzentas assinaturas, via abaixo-assinado, para o qual, tenho certeza, vai dar solução, porque o que ocorre no prédio abandonado está horrorizando a vizinhança”, declarou, em derradeiro, o Vereador João Antonio Pires Gonçalves. O próximo inscrito foi o Vereador Waldemar Marcurio Filho, que abordou os requerimentos por ele apresentados, o primeiro, solicitando fosse feito o acostamento na Rodovia Vicinal André Franco Montoro, ligação até o Distrito de Martim Francisco, explicando que óbitos já haviam ocorrido no trecho que ficava bastante perigoso, principalmente em dias de muita chuva. Na sua segunda propositura, o Edil requereu o desassoreamento do córrego do Guatemazinho, que diante das chuvas torrenciais, vinha transbordando pela Avenida Luiz Pilla, no Distrito de Martim Francisco. Com relação à fala de seus antecessores à tribuna, afirmou que não estava na Casa para questionar administrações anteriores, tais como a de Paulo Silva e Carlos Nelson Bueno, que cada administração tinha a sua característica própria, que a história do Parque das Laranjeiras já tinha se tornado tabu e que, todos os vereadores, indistintamente, tinham interesse na regularização do loteamento. Lembrou que em sua região, a região de Martim



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Francisco, existiam muitas estradas vicinais por se tratar, em grande parte, de zona rural e que, estas se encontravam intransponíveis, inclusive, para os ônibus que atendiam a região da Usina Esmeralda, explicando, igualmente, que havia recebido uma resposta do DAAER, manifestando que o Município possuía três Patrols e que as três máquinas se encontravam paradas, quebradas, aguardando a chegada de uma peça que estava a faltar, para somente depois, iniciarem a melhoria nas vias em terra de Mogi Mirim. “Não somos Poder Executivo e quem dera pudéssemos fazer, mas não temos autonomia, só podemos indicar e cobrar a solução e é o que estamos fazendo”, afirmou o Edil do PT. Por fim, disse que a resposta que tinha para dar à população do Parque das Laranjeiras era a mesma que recebera a população do distrito, ou seja, a de que o período era de muitas chuvas e as máquinas estavam quebradas. Ato contínuo, fez uso da palavra a Vereadora Dayane Amaro Costa, que abordou algumas de suas ações durante a semana, relatando que estivera na cidade de Piracicaba, participando do Encontro de Prefeitos, ocasião em que conhecera o Deputado Federal Arnaldo Jardim e lhe entregara minuta de projeto, proposta de implantação de brinquedos voltados para crianças portadoras de necessidades especiais nas praças e parques da cidade, numa forma de inclusão social, afirmando, outrossim, que o deputado havia se mostrado favorável à ideia e que tinha se proposto a ajudar. Na mesma ocasião, prosseguiu a Edil, havia se encontrado com o Deputado Estadual Roberto Moraes, que também havia dado seu apoio à causa. Versando sobre outra questão, com relação a uma sua proposição de melhoria de equipamentos para os lixeiros da cidade, a Vereadora explicou que havia recebido uma resposta do Gabinete do Prefeito e da Construrban, concessionária do serviço de limpeza pública, declarando que os equipamentos de segurança profissional seriam fornecidos. “Pretendo fiscalizar para que isso seja feito regularmente”, salientou a Vereadora do PDT. Concluindo sua participação, a Vereadora Dayane Amaro Costa narrou que estava tentando traçar um perfil da área da saúde na cidade,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

com o intuito de criar, posteriormente, um projeto específico e que, quando todos os estudos e a peça estivessem prontos, apresentaria publicamente a proposta. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, que depois de escutar as falas de seus antecessores na tribuna, esclareceu que concordava com algo, como, por exemplo, a fala do Vereador Laércio Pires, de que se deveria dar tempo de trabalho ao atual Prefeito, explicando que ele, orador, tinha certo conhecimento a respeito de estruturas e estradas rurais. “Eu entendo um pouco sobre estruturas, estradas rurais, e o Valdir Biazotto é o atual responsável pelo departamento, ele conhece a área e sabe o que está fazendo, mas nesta época é muito complicada a situação, porque a época é de chuvas e, infelizmente, não é possível arrumar nada, quando a única coisa que se pode fazer é um paliativo, para os moradores poderem transitar”, analisou o Edil. O Vereador explicou ainda, que o trabalho de conserto e manutenção de estradas rurais deveria ser feito antecipadamente ao período das chuvas, na época da estiagem, deveria ser muito bem realizado, tal como havia sido feito na estrada vicinal do Bairro Pederneiras até o Capão da Tenda, via que havia sido executada há quatro anos e que ainda permanecia perfeita. Prosseguindo, aclarou que a manutenção das vicinais era um trabalho difícil, custoso e pesado, mas que, se bem feito, era de grande funcionalidade e ainda frisou que empreender o conserto das vicinais no período das chuvas seria muito ruim, pois além de se encontrar quebrado o equipamento, haveria remoção de terra, gerando enorme bagunça no leito carroçável. Com relação ao organograma da administração municipal, assunto objeto do Projeto de Lei Complementar nº 03/2013, o Vereador antecipou sua posição, afirmando que o projeto não era ruim, era aceitável, mas com pontos que deveriam ser mais bem estudados, e a proposta seria a de convidar a equipe do Executivo para comparecer à Casa, visando o estudo e discussão dessa nova concepção da administração municipal, acreditando possível o consenso. “Até a base sabe que existem pontos errados”, refletiu. O



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Vereador informou que apresentaria requerimento, solicitando o adiamento da matéria, por dez dias, afirmando que o processo de análise da matéria estava ocorrendo de forma muito rápida, quando seria salutar ter mais tempo para estudo. “Não podemos votar ao ‘Deus dará’ e o projeto vai ser aprovado, mas precisa ser discutido, melhor estudado, melhor esclarecido e muitos funcionários são contrários, por isso precisamos do diálogo, para saber se o projeto deve ser aprovado como está, ou merece alterações”, elucidou. O Vereador versou sobre as emendas anexas ao projeto, destacando que elas também deveriam ser estudadas, que havia assinado algumas emendas, as quais havia julgado necessárias, afirmando ainda, que o projeto era para a cidade e não para a administração Gustavo Stupp. Por fim, disse que estas eram as justificativas ao pedido de adiamento, quando a matéria havia ingressado à Câmara no dia 11 de março e já estava na pauta de votações. “A matéria é de suma importância, não é urgente, então, por que não discutir? É, por acaso, a ‘bacia das almas’?”, inquiriu, em derradeiro, o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio. Ainda no “Expediente”, fez uso da palavra o Vereador Jorge Setoguchi, versando sobre as proposições que havia apresentado, primeiramente, explicando o seu requerimento, através do qual solicitou informações a respeito de quais seriam os novos projetos de transporte público, qual a previsão de mudanças em linhas de grande fluxo, quais os horários dos ônibus circulares e qual a quantidade de ônibus à disposição dos usuários das linhas rurais. “Escutei comentários de que a linha Pirapitingui iria cessar e solicito que ela permaneça, pois serve e muito à população”, explicou o Vereador. Em sua outra proposição, o Vereador solicitou informações de quais providências a Prefeitura e a administradora de estacionamento rotativo estavam tomando em relação aos parquímetros, onde as moedas eram colocadas, sem o registro de tempo da forma correta. “Presenciei alguns munícipes usando o parquímetro, depositando suas moedas, o tempo não aparece no visor e a moeda não volta, fazendo com que os



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

munícipes percam o dinheiro no parquímetro”, destacou. Por fim, o Vereador requereu providências para as questões que havia apresentado, bem como ainda sugeriu a instalação de redutores de velocidade nas Ruas Rio de Janeiro, altura do nº 199, e Santa Cruz, altura do nº 247, ambas no Bairro da Santa Cruz. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, que direcionou sua fala aos moradores do Parque das Laranjeiras, presentes às galerias da Câmara, dizendo do seu prazer em ver a Casa repleta, afirmando que as coisas só funcionavam quando a população vinha clamar pelos seus direitos. Com relação à regularização dos terrenos do Parque das Laranjeiras, o Vereador afirmou que o mérito da conquista seria exclusivo dos moradores, que haviam lutado e cobrado vários prefeitos, porque o povo, unido, conseguia seus objetivos. O vereador mencionou as promessas de regularização feitas por prefeitos do passado, sem que nada houvesse se resolvido, mas que, agora, o Governo Gustavo Stupp iria fazer o trabalho de parceria com o Governo do Estado, resolvendo, definitivamente, a situação dos moradores. “A gente está feliz por saber que a situação do Parque das Laranjeiras está prestes a ser resolvida”, falou. Com relação à coleta de lixo no bairro, disse que não tinha conhecimento de que a coleta só acontecia duas vezes durante a semana e que, conversando com o Chefe de Gabinete, este já havia determinado uma reunião com os munícipes, prometendo que a coleta de lixo seria feita como nos demais bairros. “Lixo é saúde pública e merece atenção”, frisou. Com relação ao organograma de cargos da Prefeitura, disse que discutira a matéria durante a sua votação, com argumentos, porque quando um governo resolvia agir, trabalhar, as mudanças eram necessárias. “Não podemos ser omissos aos erros, como ocorreu no passado, e precisamos deixar aquele que tem vontade de executar, que trabalhe e faça”, salientou. Declarou que a base governista ‘fará acontecer’ e que, se fosse necessário, cobraria dos departamentos e com competência. “Não estou para aqui para defender o Prefeito, mas para defender o povo da cidade”, acentuou. Por fim,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

reportando-se à fala de seus antecessores na tribuna, salientou que era injúria atribuir qualidades negativas a colegas, que se tratava de crime, que de momento não ingressaria com qualquer processo, mas solicitava aos Pares que prestassem atenção àqueles vereadores que desejavam denegrir a imagem dos colegas. Ato contínuo, o Senhor Presidente da Câmara, Vereador Benedito José do Couto solicitou ao 1º Vice-Presidente, Vereador João Antonio Pires Gonçalves, que ocupasse a direção dos trabalhos. O Senhor 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra ao Vereador Benedito José do Couto que, de início, parabenizou e cumprimentou os munícipes presentes nas galerias da Câmara, pedindo que fizessem a visita em outras ocasiões, lembrando também, de seus tempos de militância pelo Parque das Laranjeiras, quando ele vinha até a Câmara, como hoje os moradores faziam, para junto de seu grupo, solicitar melhorias para o bairro. Com relação à coleta de lixo no Parque das Laranjeiras, o Vereador relatou que havia feito requerimento, encaminhado abaixo-assinado e que, a resposta da Construrban era a de que as ruas não davam condição para o tráfego dos caminhões pesados. Frisou que a posição dos Vereadores era a de fiscalizar e cobrar e que todos os Edis da Câmara faziam isto e muito bem, mas que não podiam executar as obras. O Vereador versou ainda, a respeito da reunião feita com os moradores, quando ele e outros Vereadores tinham estado presentes no bairro, relatando, igualmente, que ele havia viajado à Brasília, com o Prefeito Luís Gustavo Stupp, no dia 17 de janeiro, numa agenda com o Deputado Federal Chico Sardelli, cumprindo sua obrigação de tentar resolver o problema, pedindo ao deputado prioridade na regularização do Parque das Laranjeiras. Relatou também, que o Secretário Chefe da Casa Civil havia garantido que entraria em contato com o Secretário de Habitação e era este, então, o relatório do andamento da causa. “Aquele que tiver a sua casa construída, terá também a sua escritura até o final do ano”, afirmou o Vereador do PV. Com relação à Tribuna Livre agendada para data e não antecipada para após o uso da



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

palavra no “Expediente”, o Vereador explicou que não se tratava de discriminação, mas uma oportunidade de fazer com que o povo permanecesse um pouco mais na Casa, acompanhando os trabalhos da sessão, de modo tão oportuno. “É muito importante que venham à Câmara e não só hoje, mas em outras vezes, acompanhando e fiscalizando e isto vos dará mais força, para a busca das reivindicações”, completou. Agradecendo a todos, encerrou a sua participação. Novamente na condução dos trabalhos, o Presidente da Câmara, Vereador Benedito José do Couto, facultou o uso da palavra ao Vereador Leonardo David Zaniboni, que desde logo, comunicou agenda que tinha com a colega de partido, Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, para encontro com deputado do PR, em São Paulo, objetivando a busca de verbas para a ampliação e reforma da cozinha da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim, num montante de trezentos mil reais. “Fico muito contente em ajudar a Sana Casa”, acentuou o Vereador. Aproveitando a presença maciça de servidores municipais nas galerias da Câmara, o Vereador abordou sua ideia, já exposta em sessão passada, de trocar o valor da cesta básica fornecida pela Prefeitura Municipal aos funcionários públicos, por créditos financeiros, para que o dinheiro pudesse circular na própria cidade, incentivando empresas e o comércio local. “Parece-me que no passado já tiveram esta ideia e fizeram uma votação, para saber o desejo do funcionário, e foi decidido pela cesta, mas pretendo solicitar um novo plebiscito”, colocou o Vereador. Relatou que o Município comprava duas mil e quinhentas cestas básicas em Corumbataí, que cada cesta, ao preço médio de cento e trinta reais, multiplicando-se este número ao de dois mil e quinhentos funcionários, resultaria numa média de trezentos e vinte e cinco mil reais/mês, portanto, quatro milhões reais/ano, em divisas. Com relação ao novo organograma da administração municipal, objeto do Projeto de Lei Complementar nº 03/2013, constante da pauta de votações da noite, o Vereador se posicionou favorável à matéria, dizendo que acreditava na administração, no trabalho



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

que tinham intenção de desenvolver e que, se a população tinha elegido este Prefeito, dever-se-ia partir do princípio de que a intenção era boa, cabendo aos Vereadores à fiscalização da lei e do Poder Executivo. “Devemos dar o voto de confiança e depois fiscalizar”, destacou, encerrando sua participação o Vereador Leonardo David Zaniboni. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Cinoê Duzo, que se dirigiu ao Comandante da Guarda Municipal, Paulo Henrique Machado, presente nas galerias, para lhe parabenizar, porque mesmo diante do caos em que a cidade se encontrava, da falta de contingente e material, a GM estava se desdobrando e cumprindo o seu papel, relatando, inclusive, que havia sido feito concurso para aumento do número de pessoal, mas que, feito o concurso, não houve a chamada de nenhum dos colocados. Assim sendo, o Vereador afirmou que conseguir melhorias e efetivar o aumento do contingente da Guarda Municipal era algo urgente, muito mais urgente do que alugar um prédio, para abrigar o Gabinete do Prefeito de Mogi Mirim. O Vereador prosseguiu nesta linha de análise, dizendo que urgente era sanar o caos no qual se encontrava a saúde pública de Mogi Mirim, que tinha déficit de pessoal e maquinário; que urgente era aplicar verbas na educação do município, recuperando os prédios públicos das escolas e creches; que urgente era a recuperação das ruas do Parque das Laranjeiras, para que os moradores pudessem se locomover e que, diante de todas estas questões, não era urgente, de modo algum, a locação de um imóvel, para instalação do novo Gabinete do Prefeito. “É supérfluo, porque até hoje o gabinete está onde está e sempre funcionou e isto não é algo urgente”, focou, lembrando que a primeira fala da nova administração havia sido pela contenção de despesas. O Vereador também inquiriu por que a recuperação das estradas vicinais não havia sido executada no período de estiagem, que havia ocorrido em janeiro de 2013, respondendo ele mesmo, que isto era demagogia. “Por acaso no ano passado choveu o ano todo?”, perguntou, ao mesmo tempo em que disse que as respostas vagas não passavam de ‘blá, blá, blá’. Com relação ao precário



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

estado de conservação das ruas do Parque das Laranjeiras, o Vereador disse que o problema não seria sanado nem hoje, nem amanhã e tampouco depois de amanhã, porque o problema já durava trinta anos, que esta era a verdade dos fatos, que outras ruas da cidade, que não constavam de loteamentos irregulares, também não haviam recebido melhorias, afirmando ainda, que a administração deveria saber separar o que era urgente, daquilo que era prioritário. “Minha mãe diz: não prometa o que não pode cumprir”, disse o Vereador. Por fim, reafirmou que a locação do imóvel, num valor provável de dois mil e quinhentos reais, não era urgente, nem prioritário e que todo o dinheiro empregado nesse aluguel, seria um dinheiro ‘jogado fora’. Na sequência, fez uso da palavra, como Líder, a Vereadora Luzia Cristina Nogueira, para responder ao Vereador Laércio Rocha Pires, afirmando que todas às vezes que ela fazia uma crítica, logo depois vinha alguém, para citar o governo do seu marido, o ex-prefeito Paulo de Oliveira e Silva. “Na época dele eu não fui vereadora e se fosse, minha postura seria a mesma, pois conheço esta cidade há mais de trinta anos, vou a todos os lugares, em todas as regiões, em razão de minha profissão, e se alguém quer criticar o Paulo Silva, como gestor, dirija-se a ele, porque ele dará a resposta devida”, acentuou a Vereadora do PSB. A Vereadora afirmou que não era contra ninguém, que apenas expunha o que tinha observado nas ruas do bairro e que, a população tinha o direito de saber quais as promessas de campanha o Prefeito Gustavo Stupp iria cumprir. “Um chefe tem que mostrar a que veio, porque agora não é mais a época da campanha eleitoral e não podemos continuar na base das promessas”, destacou. A Vereadora relatou que à época do ex-prefeito Paulo Silva, as ruas do Parque das Laranjeiras eram conservadas, que seu sucessor regularizou parte do bairro e que, atualmente, nada estava sendo feito para diminuir a aflição dos moradores, principalmente nas épocas de chuva. “Eu não vi nenhuma ação, o que vi foi um cascalho, que não foi moído, com pedras grandes, e isto é algo que a Prefeitura poderia fazer, ainda mais quando existe a determinação



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

judicial, cuja ação foi iniciada pelo ex-vereador Orivaldo Magalhães”, colocou, em derradeiro, a Líder do PSB. Para replicar, fez uso da palavra o Edil Laércio Rocha Pires, dizendo que a Vereadora estava equivocada, porque era esposa do ex-prefeito e tinha obrigação, à época, de lhe cobrar atitudes. “Fui um dos primeiros a levar o pessoal do Parque das Laranjeiras e do Domênico Bianchi para falar com a Promotora de Justiça, ela mesmo disse que faltava era vontade política dos ex-prefeitos, que não fizeram manutenção e não tentaram a regularização e todas às vezes que pedi a manutenção das ruas fui atendido, a população é a minha testemunha”, acentuou o Vereador do PPS. “Não colocuem palavras na boca dos outros e quem fala blá, blá, blá aqui, é porque não frequenta o Parque das Laranjeiras”, encerrou o Vereador. Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente da Câmara, Vereador Benedito José do Couto, registrou a presença, nas galerias, do Vereador José Branco, da cidade de Itapira, que estava percorrendo as cidades da região, em busca de adesão à sua proposta de um hospital especializado no atendimento infantil. Ato contínuo, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 20h34, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM PRIMEIRO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno:**

1. Projeto de Lei nº 04, de 2013, de autoria da Vereadora Dayane Amaro Costa e outro, “instituinto a Semana Municipal da Pessoa com Deficiência no calendário oficial do Município de Mogi Mirim e dando outras providências”. Juntamente com Emenda Supressiva, da autora do Projeto. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Educação, Saúde e Assistência Social; (posto a votos, sessão de hoje, a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Câmara aprovou, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 04/2013, da Vereadora Dayane Amaro Costa e outro e emenda); (à sanção do Prefeito Municipal); 2. Projeto de Lei Complementar nº 03, de 2013, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre a estrutura administrativa do quadro de empregos, em comissão, da Prefeitura de Mogi Mirim”. Juntamente com Emendas. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento. Antes, todavia, de submeter a matéria à apreciação do Plenário, o Sr. Presidente deu ciência à Casa, através de sua leitura, do Requerimento nº 265/2013, de autoria do Sr. Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, solicitando, “conforme reza o Artigo 156, VI, combinado com os Artigos 113, § 5º, II e 169 do Regimento Interno, o Adiamento, por dez (10) dias da discussão e votação do Projeto de Lei Complementar nº 03/2013, constante da pauta da “Ordem do Dia”; (submetido a votos em Sessão de hoje, a Casa rejeitou, por nove (09) votos contrários a sete (07) votos favoráveis, o Requerimento de Adiamento nº 265/2013); (arquive-se). Posto isto, fez uso da palavra o Vereador João Antonio Pires Gonçalves, solicitando, conforme Artigo 155, V, combinado com o Parágrafo Único, do artigo 166, Destaque de Votação para as emendas anexas ao Projeto de Lei Complementar nº 03/2013, o que foi aprovado pelo Plenário, por onze (11) votos favoráveis a cinco (05) votos contrários. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira, que solicitou, com base no disposto nos Artigos 155, VI e 183, II, do Regimento Interno, Votação das Emendas pelo Processo Nominal, o que foi rejeitado pelo Plenário, por nove (09) votos contrários a oito (08) votos favoráveis, computado, inclusive, o voto do Presidente da Câmara, assim como reza o inciso III, do Artigo 20, do Regimento Interno. Em discussão as emendas, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, explicando as emendas que havia proposto, informando que a intenção daqueles que com ela assinaram era a de suprimir, em sua totalidade, o anexo III, que tratava do quadro dos agentes políticos de livre



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

nomeação. “Entendemos que o cargo de secretário não deverá haver, há um pedido nosso para retirar o quadro de secretário municipal e o de secretário extraordinário”, finalizou. Esgotada a discussão, em Destaque de Votação as emendas anexas ao Projeto de Lei Complementar nº 03/2013. Primeiramente, a Emenda nº1, de iniciativa da Vereadora Dayane Amaro Costa, aditiva ao Artigo 2º; (posto a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade, a emenda nº 1, da Vereadora Dayane Amaro Costa); Em votação a Emenda nº 2, de iniciativa da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros e outros, supressiva ao anexo III e ao item III, do artigo 55; (submetida a votos, sessão de hoje, a Câmara rejeitou, por nove (09) votos contrários a sete (07) votos favoráveis, a emenda nº 2, da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros e outros); (arquite-se); Em votação a Emenda nº3, de iniciativa do Vereador Manoel Eduardo P. C. Palomino, modificativa ao Artigo 18; (posto a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade, a emenda nº 3, do Vereador Manoel Eduardo P. C. Palomino); Em votação a Emenda nº 4, de iniciativa da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros e outros, substitutiva ao anexo II; (submetida a votos, sessão de hoje, a Câmara rejeitou, por nove (09) votos contrários a oito (08) votos favoráveis, a emenda nº 4, da Vereadora Maria Helena Scudeler de outros, computado, inclusive, o voto do Presidente da Câmara, como dispõe o inciso III, do Artigo 20, do Regimento Interno); (arquite-se); Em votação a Emenda nº 5, de iniciativa da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros e outros, substitutiva ao anexo I; (posta a votos, sessão de hoje, a Câmara rejeitou, por nove (09) votos contrários a sete (07) votos favoráveis, a emenda nº 5, da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros e outros); (arquite-se); Em votação a Emenda nº 6, de iniciativa da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros e outros, supressiva ao Artigo 18; (submetida a votos, sessão de hoje, a Câmara rejeitou, por nove (09) votos contrários a oito (08) votos favoráveis, a emenda nº 6, da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

computado, inclusive, o voto do Presidente da Câmara, como dispõe o inciso III, do Artigo 20, do Regimento Interno); (arquite-se); Em votação a Emenda nº 7, de iniciativa do Edil Cinoê Duzo, modificativa ao anexo I; (colocada a votos, sessão de hoje, a Câmara rejeitou, por nove (09) votos contrários a oito (08) votos favoráveis, a emenda nº 7, do Vereador Cinoê Duzo, contabilizado, inclusive, o voto do Presidente da Câmara, como dispõe o inciso III, do Artigo 20, do Regimento Interno); (arquite-se). O Vereador Cinoê Duzo foi à tribuna e solicitou, com base no disposto nos Artigos 155, VI e 183, II, do Regimento Interno, votação do Projeto de Lei Complementar nº 03/2013 pelo Processo Nominal, o que foi rejeitado pelo Plenário, por nove (09) votos contrários a oito (08) votos favoráveis, computado, inclusive, o voto do Presidente da Câmara, assim como estabelece o inciso III, do Artigo 20, do Regimento Interno. Em discussão o Projeto de Lei Complementar, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, que colocou suas apreensões, dizendo que a peça requeria mais discussão, que o projeto havia sido elaborado durante três meses, noventa dias de estudo, que havia dado entrada na Secretaria da Câmara no dia 11 de março último e que, a Comissão de Justiça e Redação, da qual ela fazia parte ao lado dos Vereadores Leonardo Zaniboni e Manoel Palomino, não tinha esgotado o seu prazo de análise, sem nem contar o prazo da Comissão de Finanças e Orçamento, que era de mais quinze dias. “portanto, havia muito prazo ainda para a análise da matéria”, colocou. A Vereadora lamentou a rejeição de seu requerimento, que solicitava audiência pública para discussão do projeto, frisando que os Vereadores Marcos Bento Alves de Godoy, Daniel Santos, Dayane Amaro, João Antônio Pires Gonçalves, Manoel Eduardo Palomino, Leonardo Zaniboni, Laércio Pires, Márcia Masotti, com o voto de desempate do Presidente da Câmara, Vereador Benedito José do Couto, haviam rejeitado a sua realização, quando o Plenário da Câmara era o espaço legítimo para o debate de ideias. “Eu conversei com o futuro ouvidor, Paulo Mena Barreto, e lhe expliquei que a estrutura



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

de secretarias requer licitação própria, requer jurídico próprio”, afirmou. “O PSB e o PSDB governaram durante dezesseis anos e não resolveram nada e não deixam o Stupp trabalhar”, leu em voz alta a Vereadora, fazendo referência a uma faixa, que havia sido estendida pelos munícipes, nas galerias da Câmara. A Vereadora respondeu que os Vereadores signatários das emendas não eram contra o projeto, não estavam impedindo o Prefeito Gustavo Stupp de trabalhar, mas somente pediam calma, porque seriam aprovados cinco cargos no Executivo, trinta e três cargos de gerência, trezentos e trinta cargos comissionados, coordenação de gerência, assistência de gerência, afirmando, igualmente, que apenas solicitavam melhor avaliação dos Pares para os quadros de secretaria, porque os departamentos não tinham qualquer estrutura para se tornarem secretarias. “Portanto, nós temos respeito e juízo com o dinheiro público e observamos que não há necessidade de doze secretarias, com salários de nove mil e oitocentos reais para cada secretário, enquanto que a nossa ‘prima rica’, a vizinha cidade de Mogi Guaçu, vai pagar somente seis mil e seiscentos reais para cada um de seus secretários municipais”, ponderou a Vereadora do PSDB. “Poderíamos ter feito isso com mais calma, mas por causa de ‘uns tapas na mesa’, a Presidência da Câmara resolveu apressar e colocar a matéria na pauta”, disse e finalizou a sua participação a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, Líder do Governo, explicando que o projeto de lei complementar, embora muitos quisessem barrar sua aprovação, visava à criação de secretarias, facilitando, assim, o atendimento à população e a busca de verbas. Afirmou que a educação necessitava, urgentemente, tornar-se secretaria, para que a secretária pudesse ter autonomia e agilidade na compra de materiais, fazendo o setor mais eficiente, da mesma forma que pretendiam para a área da saúde. O Vereador Líder de Governo disse que a economia, com a nova estrutura, seria de mais de três milhões e oitocentos mil reais/ano, valor significativo, e que, a própria Vereadora Maria Helena, no



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

passado, durante a gestão do prefeito de seu partido, havia defendido a implantação de secretarias, para maior autonomia das distintas áreas da administração. Afirmou que defender a rejeição das secretarias era um meio de atrapalhar a imagem do partido do Prefeito, porque os Vereadores deveriam dar respaldo e condições. “Se não dermos condições ao Prefeito de implantar as secretarias, vamos continuar inoperantes, com a população a sofrer”, salientou. Destacou que os Vereadores deveriam, depois de aprovado o projeto, fiscalizar as ações dos secretários municipais, porque eles seriam os responsáveis, judicialmente, pelas próprias decisões. Com relação ao requerimento que solicitava audiência pública para discussão da matéria, rejeitado no início do “Expediente” da sessão, o Vereador afirmou que tal reunião pretendia discutir valores, eficiência e capacidade do cidadão e que, ninguém tinha condições de avaliar tais coisas previamente. O Vereador colocou que apenas possuía a convicção de que todos tinham que acreditar que a facilidade iria suplantar expectativas, trazendo muitas melhorias para o bem comum. “Não vou discutir com opositoristas que querem ‘carregar a bandeira’, que estiveram no poder durante muito tempo e nada fizeram”, declarou. Disse que esta era a vez do PDT, com um líder jovem, dinâmico e com vereadores que pretendiam lhe dar suporte para o trabalho, para que ele concretizasse tudo o que deveria ser feito em Mogi Mirim. “A mudança tem que existir, embora alguns, que não tiveram iniciativa em seus governos, estejam descontentes e ainda, digo que muitos problemas ocorrerão aqui, senhores situacionistas, se continuarmos desta forma, porque é difícil enxergar e admitir quando o outro está na frente”, defendeu, encerrando sua participação. O próximo orador a discutir o projeto de Lei Complementar nº 03/2013 foi o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, que se disse muito satisfeito com os debates da noite, ocasião bastante saudável e que, o futuro provaria o acerto, ou o erro dessa aprovação. O Vereador explicou, novamente, as razões do seu pedido de adiamento, afirmando que não era contra o projeto, mas que apenas desejava mais prazo para



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

estudo e apresentação de emendas a alguns pontos, que poderiam ser discutidos e melhorados. O Vereador do PSDB se dirigiu ao Vereador líder de governo, seu antecessor na tribuna, para lhe dizer que não aceitava a denominação de ‘oposição’ e ‘situação’, porque isto beirava a vulgaridade, já que muitos vereadores haviam trocado de partido, ou de lados políticos, e todas as realizações eram voltadas para o bem e o futuro da cidade. Concordou com a criação de algumas secretarias, tais como a de educação, a de saúde, a de planejamento e a de governo, enquanto que outras eram, certamente, desnecessárias. “Sei que o projeto vai ser aprovado, mas com um pouco mais de tempo, todos votariam mais tranquilos”, declarou. Disse que o projeto era bom, em algumas partes, e questionou o porquê da criação de uma secretaria de serviços públicos. “É por isso que eu desejava mais tempo, porque talvez com mais tempo, provassem a mim de sua necessidade, já que a política é a arte do convencimento, mas isso não foi feito e a matéria não foi debatida o suficiente”, colocou. De qualquer forma, prosseguiu o Edil, esperava que o Prefeito Gustavo Stupp soubesse utilizar o novo organograma para administrar a cidade da melhor maneira possível e solicitou à liderança de governo, que os próximos projetos fossem tramitados com mais calma. Com relação à questão da inclusão do Projeto de Lei Complementar nº 03/2013 na pauta da “Ordem do Dia” da presente sessão, o Vereador Osvaldo Quaglio afirmou que a composição da pauta era prerrogativa do Presidente da Edilidade, um direito que lhe cabia e a mais ninguém. Finalizando, o Vereador do PSDB ratificou que o projeto não era ruim, mas que faltara a ampla discussão e isto poderia levar a Edilidade ao risco de, depois de aprovado o projeto, receber uma Ação Direta de Inconstitucionalidade e a Câmara arcaria com os custos de advogados. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira, que também repeliu o epíteto de ‘oposição’, ou ‘situação’, mesmo porque ela já havia votado favoravelmente às ideias apresentadas pelo Poder Executivo. Salientou que sua postura era com relação à



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

legalidade da matéria, porque desejava saber se tudo o que fora colocado na peça era de fato legal, haja vista que o Ministério Público, certamente, tomaria ciência do aprovado. A Vereadora afirmou que a peça continha pontos de inconstitucionalidade, que os Vereadores deveriam ter tido mais tempo para exame do organograma, com o auxílio de um assessor que compreendesse e pudesse lhes transmitir as questões jurídicas, também explicando as implicações. Por fim, disse que cada um votaria conforme a sua consciência e encerrou sua participação; (colocado a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, por nove (09) votos favoráveis a sete (07) votos contrários, o Projeto de Lei Complementar nº 03/2013, do Sr. Prefeito Municipal); (à parte da “Ordem do Dia” da próxima sessão ordinária da Câmara Municipal de Mogi Mirim, para ser apreciado em Segundo (2º) Turno). Para declaração de voto fez uso da palavra a Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, registrando os votos favoráveis dos Vereadores Dayane Amaro, Marcos Bento de Godoy, Daniel Santos, Laércio Rocha Pires, Manoel Eduardo Palomino, Leonardo Zaniboni, João Antonio Pires Gonçalves, Waldemar Marcurio Filho e o voto dela própria, bem como também registrou os votos contrários, que foram os dos Vereadores Cinoê Duzo, Jorge Setoguchi, Luís Roberto Tavares, Maria Helena Scudeler de Barros, Osvaldo Aparecido Quaglio, Luiz Guarnieri e Luzia Cristina Nogueira.

3. PARECER DESFAVORÁVEL, da Comissão de Justiça e Redação, ao Projeto de Lei nº 01 de 2013, de autoria do Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, “dispondo sobre a cobertura de sinistros (roubos, furtos e danos materiais) de veículos automotores nas áreas de estacionamento rotativo e pago (zona azul) e dando outras providências”. Antes, todavia, de submeter a matéria à apreciação do Plenário, o Presidente da Câmara deu ciência à Casa, através de sua leitura, do Requerimento nº 266/2013, do Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, solicitando, na forma do inciso VII, do Artigo 156, combinado com os Artigos 113, § 5º, III e 163 §2º todos do Regimento Interno vigente, a retirada e consequente



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

arquivamento do Projeto de Lei nº 01/2013, de sua autoria, constante da Pauta da “Ordem do Dia” da presente sessão, o que foi aprovado, unanimemente, pelo Plenário; (retire-se; archive-se). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Inicialmente, fez uso da palavra a Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, que justificou sua posição contrária ao pedido de Votação Nominal do Projeto de Lei Complementar nº 03/2013 e emendas, afirmando que assim agira para acelerar o processo de votação e evitar demora, quando ainda na presente noite, existiam duas Tribunas Livres para se realizarem, além de mais uma sessão ordinária. Com relação ao seu voto contrário para o requerimento de autoria da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, solicitando audiência pública para discussão do Projeto de Lei Complementar nº 03/2013, a Edil do PR justificou, dizendo que votara contrariamente, porque uma audiência pública já havia sido realizada no Sindicato dos Funcionários Públicos, no sábado, dia 16 do corrente. Com relação às emendas, de iniciativa da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros e outros, supressivas à questão dos secretários municipais, a Vereadora justificou seu voto contrário, salientando que era favorável às secretarias, porque a Prefeitura teria uma estrutura administrativa enxuta. A Vereadora ainda destacou que ‘trem da alegria’ havia sido o que fizera Carlos Nelson Bueno, em sua administração, porque com o novo organograma, a maior Função Gratificada havia sido reduzida, afirmando ainda, que a nova estrutura valorizava o funcionário público, que ela havia estudado e muito a matéria, item por item, e que, enquanto o Prefeito Luís Gustavo Stupp estivesse mostrando um trabalho dinâmico, voltado para a população mais carente, ele receberia o seu apoio. A Vereadora prosseguiu, colocando que o Prefeito Gustavo Stupp implantaria, de fato, a ‘tarifa social’ para o transporte urbano da cidade, promessa que fizera durante a campanha;



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

que o governo municipal desenvolveria um trabalho sério, correto; que Gabriel Mazon havia sido uma excelente aquisição para a atual administração municipal; que o atual vice-prefeito Gérson Rossi Junior havia ficado ‘apagado’ durante a gestão de Carlos Nelson Bueno, quando tinha sido seu chefe de gabinete, mas que, agora, na atual gestão, era peça fundamental e entendedor das leis, grande colaborador junto ao Dr. Paulo Menna Barreto de Araújo; que todo o organograma tinha amparo legal; que Vereador não devia se ater a entender coisas técnicas e sim, a questionar se o projeto era bom, ou não para o Município, que políticos antigos não haviam conseguido realizar um décimo do que Gustavo Stupp já estava realizando e que, a pouca idade do Prefeito estava assustando políticos mais velhos e fazendo surgir inveja em outros partidos. Agradecendo, encerrou sua participação. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Laércio Rocha Pires, que parabenizou a Vereadora Márcia Róttoli Masotti pelas palavras que dissera, ‘porque era fácil ir à praça com um papel e enganar o povo’, referindo-se a panfletagem feita no último final de semana, pelos partidos ditos de oposição. “Existiam muitos incompetentes, que estavam ‘mamando’ na administração passada, sem fazer nada e agora, o Gustavo Stupp mostra vontade de trabalhar e de fazer algo para a cidade, mas alguns não querem o desenvolvimento, ou que a cidade caminhe”, desabafou o Vereador. O Vereador frisou que todos os prefeitos, quando eleitos, trocavam a equipe de governo e perguntava, então, por que Gustavo Stupp não podia trocar a sua, dizendo, igualmente, que governar era ser transparente naquilo que executava, assim como era o atual Prefeito. “O Prefeito é um menino novo e peço que deixem o rapaz trabalhar, pois ele quer colocar Mogi Mirim nos trilhos, porque o outro lado não quer que a cidade progrida”, colocou, em derradeiro, o Vereador do PPS. O próximo orador a fazer uso da palavra em “Explicação Pessoal” foi o Vereador Waldemar Marcurio Filho, que também explicou o voto ao Projeto de Lei Complementar nº 03/2013, esclarecendo que havia votado favoravelmente e que respeitava o direito de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

interpretação de cada um, afirmando ainda, que não estava protegendo o Poder Executivo, mas que ‘cada um tinha o seu momento de fazer a diferença’. O Vereador do PT salientou que a Câmara deveria dar uma oportunidade ao Prefeito Municipal, para mostrar o seu trabalho e que, era muito mais fácil votar, aprovar, para depois fiscalizar o trabalho que seria desenvolvido. “Sou petista, mas não conto com diferenças partidárias e sim, com o que a população precisa e, contrariando os maus comentários, eu quero declarar que não acordei meu voto com ninguém, porque votei com minha consciência, pois eu vou fiscalizar e fazer minha função de vereador”, colocou o Edil, encerrando sua participação. O próximo orador inscrito foi o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, que mais uma vez justificou seu voto ao Projeto de Lei Complementar nº 03/2013, declarando que era favorável ao projeto, mas como divergia em alguns pontos e não havia conseguido o adiamento, preferira votar contrariamente à mesma. “No todo, o projeto não é ruim, como já disse e, agora, o Prefeito tem argumentos para trabalhar e não terá como dizer que não possui mecanismos para administrar a cidade”, explicou o Vereador do PSDB. O Edil frisou que entre a oposição e a situação a divergência era algo natural e, igualmente, dentro da esfera partidária, quando um membro de um partido podia votar favoravelmente a uma matéria e o outro membro, contrariamente a mesma matéria. Mais uma vez o Vereador Osvaldo Quaglio colocou que se a matéria tivesse sido adiada, o Prefeito teria conseguido votação unanime para a peça, mas como não havia sido concedido o tempo para saneamento das dúvidas, votos contrários tinham existido, inclusive, o do orador. Com relação à nominação dos votos, feita pela Vereadora Márcia Róttoli Masotti, o Vereador a questionou por que não havia concordado com o pedido de votação nominal. “Com a votação nominal, ninguém esconderia o voto e nós pedimos a votação nominal, que foi rejeitada, inclusive, com o voto da Vereadora”, declarou. Por fim, o Vereador desejou boa sorte ao Prefeito, enquanto esperava não ser surpreendido com ações futuras em



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

relação ao aprovado. A última oradora foi a Vereadora Daiyane Amaro Costa, que também justificou seu voto ao Projeto de Lei Complementar nº 03/2013, afirmando que, apesar dos seus vinte e um anos, tinha autonomia e não era influenciada por ninguém, dizendo que havia estudado, discutido e tomado a sua posição, a qual acreditava a mais cabível. “O projeto vai ajudar muito a população e precisava ser feito o mais rápido possível e o meu voto favorável não quer dizer que eu não vá fiscalizar, porque, afinal, é este o papel de Vereador”, sublinhou a Edil. “Temos que parar com briguinhas internas e fiscalizar, pois é o que temos que fazer”, disse, encerrando sua participação a nobre Vereadora Dayane Costa. Não havendo mais Vereadores inscritos, o Sr. Presidente passou, finalmente, à parte dos trabalhos reservada à “**TRIBUNA LIVRE**”, e deu ciência à Casa da existência de dois oradores regularmente inscritos para uso de Tribuna Livre, conforme Artigo 116, do Regimento Interno, e Resoluções nºs. 135/89, 223/99 e 241/02. Desta forma, primeiramente, o Sr. Presidente da Câmara convidou para que adentrasse ao Plenário a Senhora *Gislaine Cristina C. Vicente*, para versar sobre a coleta regular do lixo e conservação das ruas do Parque das Laranjeiras, e, posteriormente, os *Srs. Leila Ferracioli Iazzetta e Tiago César Costa*, para versar sobre o incentivo à cidadania, cujos discursos foram gravados em fitas próprias, à disposição nos arquivos da casa por trinta dias. Para a realização das duas “Tribunas Livres”, o Sr. Presidente da Câmara suspendeu a Sessão às 21h46, para reabri-la, posteriormente, às 22h22. Nada mais a tratar, o Sr. Presidente, Vereador Benedito José do Couto, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 22h23, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM